

## Enriquecimento ilícito

### PSD e CDS-PP vão apresentar novo diploma até ao final do ano

Depois do 'chumbo' do primeiro diploma de criminalização do enriquecimento ilícito pelo Tribunal Constitucional, o PSD e o CDS-PP querem voltar a apresentar um novo projecto de lei, até ao final do ano, disse a vice-presidente da bancada social-democrata. "Estamos a trabalhar para melhorar o nosso projecto de substituição", disse ontem Teresa Leal Coelho. Uma iniciativa para a qual a coligação quer contar com o apoio do PCP e Bloco "e até com o PS" e que será apresentada tendo em conta o calendário das "eleições autárquicas e o Orçamento do Estado", mas "seguramente, até ao final do ano", acrescentou. Ontem no Parlamento durante uma audição ao advogado Manuel Magalhães e Silva, o vice-presidente da bancada comunista António Filipe disse que o entendimento do PCP é que se deveria "começar de novo" e, "sem iniciativas legislativas apresentadas previamente, se reflectisse numa solução que não incorresse em inconstitucionalidade mas levasse a um mecanismo que prevenisse o enriquecimento ilícito". A deputada socialista Isabel Oneto disse que o PS tem "total disponibilidade" para trabalhar esta matéria, mas a via pela qual entendem que o Parlamento deve seguir é distinta da do PSD. Os socialistas querem "punir a não entrega de declaração de rendimentos" e incluir a possibilidade de "retenção dos bens enquanto dura a

investigação", ideias que, sublinhou Isabel Oneto, vão ao encontro do entendimento do advogado Manuel Magalhães e Silva. "Temos um projecto de lei que, infelizmente, foi rejeitado e que, pensamos, não levanta problemas constitucionais", disse. Teresa Leal Coelho contrapôs que o entendimento da maioria é que "o que é crime não é a não declaração de bens, mas o facto de se beneficiar de rendimentos com desproporcionalidade manifestamente evidente com os rendimentos que se auferem". A 'vice' da bancada social-democrata disse que estão a ser "trabalhadas" as inconstitucionalidades detectadas no primeiro diploma da maioria que assentam em "dúvidas quanto à sustentabilidade do bem jurídico protegido" e com a presunção de inocência. **Lusa**



"Estamos a trabalhar para melhorar o nosso projecto de substituição", disse a vice-presidente da bancada do PSD, Teresa Leal Coelho